

ONGs que receberam R\$515 mi em emendas entram na mira da CGU



O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), em sessão plenária. Pedro Ladeira - 23.out.24/Folhapress

CGU põe na mira ONGs que receberam R\$ 515 milhões em emendas parlamentares

Relação de órgão ligado ao governo Lula foi elaborada após ordem de Flávio Dino, do STF, que suspendeu a transferência de recursos

Constança Rezende

BRASÍLIA A CGU (Controladoria-Geral da União) investiga 20 ONGs que receberam R\$ 515 milhões em emendas parlamentares de políticos de partidos da base do governo, do centrão e da direita de 2020 a 2024. O objetivo do órgão, ligado ao governo Lula (PT), é analisar a aplicação desses recursos, a capacidade técnica dessas instituições e a transparência das contratações.

A relação foi elaborada após determinação do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), para um pente-fino em todos os tipos de emendas, como as de relator, de comissões e as chamadas Pix —modalidade de emenda individual que envia repasses para prefeituras.

Há repasses de emendas durante os governos de Jair Bolsonaro (PL) e Lula e, entre os autores das emendas, até políticos do ex-partido de Dino em sua carreira política, o PC do B. Essa relação de ONGs não determina alguma ilegalidade, mas sim que a aplicação dos recursos será analisada pela Controladoria.

As emendas são o centro de uma crise entre o Congresso e o Judiciário —Dino exige mais transparência para os recursos controlados pelos parlamentares, que, por sua vez, viram as digitais do governo por trás da atuação do ministro do STF.

O presidente Lula já criticou o volume de emendas e, nesta quarta-feira (6), voltou a cutucar o Congresso. "Se eu fizer um corte de gasto para diminuir a capacidade de investimento do Orçamento, a pergunta que eu faço é a seguinte: o Congresso vai aceitar reduzir as emendas?", disse

em entrevista à RedeTV!.

Na manhã de terça (5), a lista de ONGs preparada pela Controladoria foi um dos temas da conversa entre o ministro da CGU, Vinicius Marques, e Lula no Palácio do Planalto por causa do grande número de partidos envolvidos.

As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso é atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país.

O recorte utilizado pela Controladoria foi o das instituições que mais receberam esses recursos no período. A legislação veda o repasse direto de recursos de emendas Pix a organizações não governamentais.

Das selecionadas pela CGU, dez ONGs receberam R\$ 497,4 milhões em repasses em emendas, de 2020 a 2024, e as outras dez receberam a destinação de R\$ 27,7 milhões apenas por emendas Pix, com R\$ 18,2 milhões já pagos.

De acordo com nota da Controladoria, a seleção de ONGs a ser investigada seguiu critérios técnicos rigorosos, com foco na transparência e no interesse público.

Uma das organizações relacionadas, a Associação Morá é exemplo do suprapartidarismo na distribuição desses recursos.

A organização, cuja sede é em uma sala de um prédio comercial na área central de Brasília, recebeu R\$ 20,3 milhões em emendas de políticos dos mais variados partidos, como o senador Izalci Lucas (PL-DF), a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania-DF) e a ex-deputada federal Perpétua Almeida (PC do B-AC).

Izalci divulgou nas redes sociais que "destinou sozinho R\$ 7,5 milhões em emendas parlamentares para o projeto de jogos educacionais digitais. O senador afirmou que todas as informações da emenda estão na plataforma do governo, com pareceres favoráveis das análises dos técnicos do Ministério do Esporte.

Perpétua disse que enviou R\$ 3,1 milhões para a ONG realizar jogos educacionais digitais, com salas específicas para aulas, cursos e jogos no Acre, e que o programa está em execução.

Já Paula Belmonte destinou R\$ 500 mil em emenda individual, quando era deputada, para a realização de um evento de jogos estudantis digitais em Brasília.

A assessoria da deputada disse que ela destinou a verba para apoio e fomento a um projeto de integração de ações socioeducacionais inclusivas por meio do esporte digital, direcionadas a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. "Destaco que o projeto está diretamente relacionado com os propósitos da principal bandeira da deputada, que é a defesa de crianças e e jovens."

A Associação Morá disse que os termos de fomento foram firmados por meio do Ministério do Esporte no sistema de transparência TransfereGov, "portal em que qualquer cidadão pode acompanhar a prestação de contas".

Também disse que o ministério verifica o plano de trabalho e a planilha orçamentária para autorização das ações propostas, "sem jamais ter identificado qualquer irregularidade". "A associação adota um modelo de compliance e transparência, dispondo todas as informações online para a sociedade."

